

O ENSINO DE LITERATURA BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS¹

Geovane Gilvandro Leonardo da Silva (Graduando em Letras na UFPE)
Júlio César da Silva Gomes de Lima (Graduando em Letras na UFPE)

RESUMO: O presente artigo discute a supervalorização dos cânones da literatura brasileira em detrimento de outros(as) autores(as) do campo literário no âmbito pedagógico. Aborda-se, como referente teórico, a retórica aristotélica, tendo em vista a articulação usada pelo(a) professor(a) a fim de instigar os(as) discentes a desenvolverem abordagens literárias de maneira autônoma, diversa e criativa. Adiante, pontua-se quanto ao modus operandi que perpassa a capacidade criativa dos(as) alunos(as), objetivando ir de encontro ao modelo educativo que tem por base o engessamento restritivo e censurador. Desse modo, intenciona-se, por meio deste texto, problematizar o ainda vigente modelo de ensino que enxerga a literatura brasileira, sobretudo para com a formação de jovens e adultos, como um apanhado de paradigmas, enfocando a declamação e a memória dos textos literários canônicos por uma perspectiva excludente e uniformizada.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Ensino; Cânones literários.

1. Introdução

Nesta mostra, prioriza-se uma inclusiva discussão literária, mediada pelos/pelas discentes, quanto às relações discursivas presentes em sala de aula (e para além desse espaço) valorizando, grosso modo, os diversos elementos constitutivos para com o fazer literário. Todavia², estreitar o campo da literatura, sobretudo a brasileira, ao predomínio cultural canônico nas instituições de ensino é, violentamente, exterminar de maneira “paulatina” a diversidade literária por meio de discursos escritos (livros, textos produzidos em sala, etc) e dos que são ditos oralmente, inviabilizando a exposição dos acervos/arquivos não canônicos. Consoante ao postulado por Maingueneau (2001), faz-se necessária a valorização das numerosas situações paratópicas a fim de contemplar os contextos das produções literárias situados em raízes histórico-sociais distintas.

Nesse sentido, discutimos acerca da necessidade de haver, no seio educacional-social, uma intensa desarticulação de um molde anticonstitucional de se discutir literatura, enfocando o ensino da literatura brasileira (excluída) como constitutiva na interface indivíduo-sociedade num âmbito reconstutivo de um passado também vivenciado por outras classes subalternizadas economicamente e discursivamente. Diante do exposto, importa-se discorrer sobre a formação dos/das jovens e adultos como não manipuladores da história da literatura brasileira de maneira que, sucessivamente, estes/estas validem diferentes vozes existentes (e que já existiram) na historiografia literária do Brasil, levando a discussão que perpassa pelos pormenores da diversidade aos seios sociais por intermédio de um viés não opressor das experiências (emoções, desejos, etc.) literárias que no território brasileiro foram construídas e partilhadas historicamente: da literatura informativa ao modernismo.

¹Artigo apresentado como trabalho final da disciplina “Leitura e Produção de Texto Acadêmico” do Departamento de Letras da UFPE, ministrada pela Profª. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli, em 2019.1.

² Esta produção foi realizada visando a crítica ao atual cenário sociopolítico do Estado brasileiro que repercute agravantes violências institucionais, sobretudo no ensino de literatura brasileira.

A seguir, mostra-se o florescer da discussão que perpassa pelas experiências presentes nas salas de aula das instituições educacionais brasileira.

2. Desenvolvimento

Ao citar o termo literatura, especialmente a literatura brasileira, prontamente pensamos em grandes obras produzidas por ilustres autores(as) como Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, Manuel Bandeira, dentre outros(as). Como é perceptível, nossa ideia do que seja literatura é um tanto preconcebida e limitada, visto que dificilmente enxergamos modalidades de produções literárias distintas, além do tradicionalismo literário. Assim, é indubitável que é no âmbito educacional em que essas ideias ficam incutidas em nossa mente, posto que na formação literária de crianças, jovens e adultos, as escolas, em sua maioria esmagadora, educam essas pessoas de maneira uniforme, o que impede a inserção dos alunos em outras realidades literárias e, com um agravante, em sua própria cultura e identidade social. Para evitar interpretações errôneas, ressaltamos que a nossa intenção não é minimizar a relevância dos(as) autores(as) citados(as) até então, mas analisar como essa forma de ensino contribui para o desconhecimento dos(as) educandos(as) no tocante à essência da produção literária.³

No Brasil, historicamente, o ensino de literatura sempre foi produzido com vistas a fazer da cultura brasileira um emaranhado de plágios europeus. Assim, tem-se:

O desprezo pela cultura autóctone foi geral em todos os países da América, e hoje sofremos muito com isso, pois ainda não somos uma coisa nem outra [...] O Brasil, por exemplo, está entre os países que menos se preocuparam em pesquisar suas próprias potencialidades culturais. Com isso sofreu muito em retardamento de tecnologia própria. As artes e, sobretudo, a literatura sofreram muito com isso. No entanto, entre as elites se notam ainda esforços desesperados para tentar competir com outros países ditos mais civilizados. É que países como o Brasil esqueceram-se de que sua verdadeira cultura está não nas adaptações brancas, mas, sim, na produção cultural resultante da vivência de todas as pessoas que aqui estão. (LUYTEN, 1992, p.33-34)

Diante disso, não há dúvidas de que o ensino de literatura na América latina e, sobretudo, no Brasil, foi, e ainda é sustentado por uma metodologia elitista e excludente.

Por isso, é necessário reverter o predominante quadro do ensino literário no Brasil. Nesse sentido, o ensinamento deve ser voltado para a criatividade dos(as) alunos(as), isto é, os discentes devem ser direcionados(as) para serem produtores(as) de literatura, e não meros(as) consumidores(as) de textos consagrados. Em relação ao ensino dos jovens, a criança deve ter acesso à literatura infantil para a sua formação e pleno aproveitamento da juventude (MAIA, 2007, p.49-52). Dessa feita, é notório que, para alcançar o objetivo da formação literária dos jovens, é fundamental que a ministração do ensino seja feita de forma a possibilitar a autonomia intelectual do aluno(a), e contemple sua cultura como integradora desse processo educativo. Logo, entende-se que a literatura depende da cultura do povo para ser (re)construída. Com isso, o(a) aluno(a) se sentirá capaz de construir sua própria literatura, seja com atividades culturais não escritas

³ Destacamos a necessidade emergida com base na contraposição canônica a fim de viabilizarmos outras expressões literárias, cujo grau de experiência é vasto se situado no âmbito escolar para construir relações sociais.

promovidas na cidade onde ele(a) reside, seja em forma de texto escrito, etc. Como já discutimos a respeito da institucionalização do ensino de literatura, por hora, é oportuno dissertar, seguidamente, acerca da prática docente no que tange esta temática.

Em suma, é bem verdade que o(a) professor(a) se vê diante de um conteúdo programático para cumprir, e esse é o maior empecilho para que o docente possa oferecer uma didática diversificada para os(as) alunos(as). Todavia, em posse de uma boa estratégia argumentativa (o que podemos denominar de retórica), o(a) docente pode tornar a aula interessante e envolver os(as) discentes, o que os(as) convencerá de que a literatura não se restringe a textos tradicionais, e fará com que os(as) alunos(as) enxerguem a literatura como realmente é: um campo de livre produção, no qual a cultura e vivências sociais são imprescindíveis para a sua elaboração. Nesse caso, o(a) professor(a) será capaz de promover o conhecimento dos(as) alunos(as) por meio de escolhas retóricas.

Na concepção de Aristóteles (2005, p.22), "a retórica parece ser capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a um dado assunto". Indo mais além, a retórica pode ser entendida como a arte de comunicar pensamento de uma mente a outra, ou a adaptação da linguagem à circunstância (JOSEPH, 2008, p.21). Assim sendo, a retórica pode ser uma grande aliada do(a) professor(a) na educação, capaz de romper com o exclusivo domínio dos cânones literários. Outrossim, é importante considerar o tipo de pedagogia adotada pelo(a) educador(a) como método educativo. Como nesse trabalho visamos apresentar o autoritarismo pedagógico e suas consequências no ensino de literatura para jovens e adultos, entende-se que muitos(as) educadores(as), na atualidade, ainda insistem no ultrapassado modelo pedagógico diretivo. Nesse caso, o(a) aluno(a) é considerado um mero receptor de conteúdos e não tem um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem. Com isso, o(a) estudante perde a curiosidade de aprender a disciplina, e se vê apenas na posição de obediência aos ditames do(a) docente.

Assim, o ambiente escolar deve ser acolhedor, em conjunto com os saberes na interface educador-educando. Dessa forma, os(as) alunos(as) construirão sua discência e os(as) professores(as) a sua docência, com o objetivo de dinamizar o processo de aprendizagem (FREIRE, 1987). Posto isso, é crucial que a pedagogia diretiva seja repensada e, com efeito, alterada para uma didática mais humanística e que valorize o conhecimento prévio do(a) aluno(a). Ademais, com o intuito de discutir a pedagogia relacional defendida pelo educador brasileiro Paulo Freire, é possível elucidar o ensino de literatura enquanto condizente com a realidade da pessoa ensinada, em consonância com a inserção dos aspectos culturais do povo em questão nas aulas de literatura,⁴ o que, via de regra, permite o interesse do aluno pelo conhecimento literário. Contudo, é fundamental que haja esforços por parte das instituições de ensino para alterar o atual modelo de ensino literário direcionado aos jovens e adultos.

Isso é necessário, pois esse molde diretivo está consolidado na gestão de muitos estabelecimentos de ensino e, além disso, envolve questões político-administrativas. Logo, reconhecemos que não é tarefa fácil conseguir uma mudança tão expressiva no tocante à educação. Entretanto, não devemos cessar em buscar melhorias no ensino das pessoas que tanto anseiam por

⁴ No artigo "A escuta do outro como possibilidade para os estudos literários", publicado na UFRGS, pela profa. Dra. Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, é trazida uma proposta de explorar a oralidade por parte do(a) aluno(a), com o fito de que haja a manifestação da criatividade literária do(a) educando(a).

uma escola/comunidade onde elas possam se sentir confortáveis para se expressarem da maneira que considerarem pertinente. Os(as) professores(as) são os(as) nossos(as) principais aliados(as) nessa luta, porque são eles(as) que têm contato direto com as mentes em formação num anseio pela integralidade intelectual e cultural que contempla a diversidade situacional e literária.

A posteriori, abordando um tanto da historiografia condizente à literatura popular por uma perspectiva ocidental, tem-se, por assim dizer, a interpretação de uma construção literária não hegemônica, emergindo por meio das suas experiências na contrapartida ao poderio sociocultural e político eclesiástico existente, até hoje, na história da literatura, sobretudo brasileira. Contudo, adverte-se, ainda:

Muito mais tarde, lá pelo fim do século XVIII, após a Revolução Francesa, temos uma transformação que vai repercutir por toda a Europa. É a ascensão da burguesia. Até então, toda a cultura não latina era comum tanto a dominantes – nobres e cortesões - como ao povo propriamente dito. Com a Revolução Industrial e a tomada do poder por uma espécie de classe média da época, houve uma tentativa da parte desta de alcançar não só o poder mas aspectos culturais antes em mãos exclusivas dos poderosos que acabavam de cair. (LUYTEN, 1992, p. 18)

Com base na citação explicitada, discute-se sobre a necessidade de a literatura popular, por meio da sua linguagem, contrapor-se à hegemonia que tenta deter as produções culturais num âmbito sociopolítico, subdividindo as classes sociais e o grau literário a que se desembocam as construções literárias em contextos distintos. Pontuada por LUYTEN (1992, p. 40), “A grande vantagem da literatura de cordel sobre as outras expressões da literatura popular é que o próprio homem do povo imprime suas produções do jeito que ele as entende”. Nesse sentido, infere-se, com foco na menção externada, a interface autonomia-liberdade enquanto elemento constitutivo da literatura popular, sobretudo nas produções de cordel que centralizam o sujeito-povo na posição de protagonista e deuteragonista de sua própria experiência.

3. Considerações finais

As reflexões que nesta produção foram mencionadas serviram-nos para a efetivação do exercício aprofundador que vai de encontro as ideologias literárias hegemônicas, mostrando a necessidade de fazer ressurgir produções culturais, que perpassam pelo viés literário, outrora inviabilizadas por uma macro-estrutura organizacional dos processos educacionais situados nos campos social e educacional. Nesse ínterim, a intenção maior desta construção textual é problematizar, com eficácia, quanto à posição a que é tomada por parte dos discursos dos/das discentes do então hodierno quadro educacional brasileiro, apontando a importância não canônica dos textos de literatura brasileira como constitutiva integralmente (perpassada pelo campo psíquico, social, político, econômico, etc.) na formação de jovens e adultos; assim, é válido posicionar-se, combativamente, frente às abordagens persuasivas e segregacionistas vivenciadas por estes. Como adverte Paulo Freire (1968), as práticas educativas devem ser harmônicas no intuito de romper as opressões também presentes em sala de aula. Logo, alega-se a importância da diversidade literária no âmbito escolar, valorizando as diferentes situações interacionais já vivenciadas por literatos(as) dos Estados brasileiros em diferentes épocas e classes a fim de historicizar, por meio de processos

de socialização, sejam eles produzidos oralmente ou não, as influências que direcionaram, em pouco ou muito, as fontes visitadas e revisitadas pelas obras canônicas.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. In: **Retórica**. 2 edição, volume 8, Lisboa, 2005, obras completas. p.22.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. In: **O que é folclore**. 3 ed. Editora brasiliense, São Paulo, 1982, p. 26.

FREIRE, Paulo. In: **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

FREIRE, Paulo. In: **Pedagogia do oprimido**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968, p. 28.

JOSEPH, Irmã Miriam. In: **O trivium: As artes liberais da lógica, gramática e retórica**. Entendendo a natureza e a função da linguagem. Ed. É Realizações, São Paulo, 2008, p. 21.

LUYTEN, Joseph M. In: **O que é literatura popular**. Editora brasiliense, São Paulo, 1992, p. 33-38.

_____. In: **O que é literatura popular**. Editora brasiliense, São Paulo, 1992, p. 40.

MAIA, Joseane. In: **Literatura na formação de leitores e professores**. 2007, p. 49-52.

MAINGUENEAU, Dominique. In: **O contexto da obra literária**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1995, p. 36.

TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. **A escuta do outro como possibilidade para os estudos literários**. Artigo acadêmico publicado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).